



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0003572-22.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 1290/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 0655/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 126/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **MARCOS BATISTA DE OLIVEIRA**

Réu Preso

Aos 06 de junho de 2017, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **MARCOS BATISTA DE OLIVEIRA**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Rafael Rodrigues Luchesi, bem como a testemunha de acusação (comum) Emmanuel dos Santos Penha. Ausente a testemunha de acusação (comum) Rogério Neres da Costa, policial militar lotado em Catanduva (fls. 172). As partes desistiram da oitiva desta testemunha. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o acusado. A colheita de toda a prova (depoimentos da vítima, da testemunha e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em mídia digital, nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 155, § 1º e 4º, inciso II, c.c. o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal. O réu admitiu que estava tentando subtrair os fios. O policial ouvido confirmou que o réu estava em cima do telhado e na posse dos fios, já cortados. Pelo depoimento da vítima e do policial, o telhado tem em torno de 3 a 4 metros. Embora possa ter existido algum outro espaço com altura menor, que ele usou para galgar o telhado, tem-se que a qualificadora da escalada deve ser reconhecida, posto que embora possível chegar ao telhado, certamente o esforço não pode ser considerado normal e também a entrada comum. A majorante do repouso também foi demonstrada, visto que a legislação não distingue se é casa habitada ou não, sendo neste sentido o entendimento doutrinário e jurisprudencial. Atualmente, a corrente consolidada no TJ e também nas duas únicas duas turmas do STJ de competência criminal é no sentido de que é cabível a majorante do repouso no furto qualificado. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Ele deve ser considerado reincidente específico, uma vez que foi condenado por roubo, que nada mais é que um furto cometido com violência, de modo que o regime pode ser o semiaberto. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: É caso de insignificância, devendo o réu ser absolvido. Requer o afastamento da qualificadora, conforme o relato da vítima, que infirma a escalada. Por fim, requer fixação da pena-base no mínimo legal, considerando o valor da res. Requer, ainda, o reconhecimento da atenuante da confissão. O “iter criminis” foi interrompido no início, devendo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

ser reduzida a pena em dois terços. Quanto ao regime requer seja considerado o valor da res e o tempo em que o acusado permaneceu preso cautelarmente, sendo, razoável, a fixação de regime aberto. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. MARCOS BATISTA DE OLIVEIRA**, RG 17.389.035, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 1º e 4º, inciso II, c.c. o artigo 14, inciso II, todos do Código Penal, porque no dia 23 de abril de 2017, por volta das 23h16, durante o repouso noturno, na bifurcação em que ocorre a junção da Avenida Dr. Teixeira de Barros e a Rua dos Ferroviários, Vila Bela Vista, nesta cidade, mais precisamente na Lotérica Luchesi, MARCOS, tentou subtrair, para si, mediante escalada, dez metros de cabos elétricos de par trançados, em detrimento do supracitado estabelecimento, apenas não logrando êxito em consumir o seu intento por circunstâncias alheias à sua vontade. Consoante o apurado, com o desiderato de desfalcar patrimônio alheio, durante o repouso noturno, oportunidade em que as chances de sucesso da empreitada criminosa são maiores, o acusado galgou o telhado do estabelecimento comercial em comento e, fazendo uso de um alicate, tratou de apanhar os dez metros de cabos elétricos acima mencionados. Policiais militares se fizeram presente no local dos fatos após serem acionados pelo COPOM, momento em que viram quando o denunciado descia do alto do imóvel em tela trazendo consigo os referidos bens e objeto, impedindo assim que ele consumasse sua ação. No mais, tem-se que, naquela oportunidade, a vítima também se deslocou até o seu estabelecimento e ali reconheceu os fios apreendidos como pertencentes ao seu imóvel, bem como viu que o réu foi detido na posse de um alicate. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (página 52). Recebida a denúncia (página 102), o réu foi citado (páginas 139/140) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (páginas 146/154). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição defendendo a tese do princípio da insignificância. Subsidiariamente, requereu o afastamento da qualificadora da escalada e benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede parcialmente a acusação. A materialidade restou comprovada pelo auto de exibição e apreensão de fls. 70, demais documentos e prova oral. A autoria é certa. Ouvido em juízo, o réu admitiu a tentativa de furto dos cabos, apesar de ter negado que o fato ocorreu exatamente da forma narrada na denúncia. A confissão restou confirmada pelo policial militar ouvido nesta data, que surpreendeu o réu no telhado da lotérica, na posse dos cabos elétricos e de um alicate. Deve ser afastada a tese da insignificância, porque apesar de se tratar de bem de valor mínimo, o acusado é reincidente por roubo e chegou a realizar o corte dos cabos, causando prejuízo muito maior à vítima do que representa apenas o valor dos objetos que pretendia furtar. Ao contrário do que sustenta a acusação, tanto a vítima quanto o policial militar descreveram que o acesso ao telhado, apesar da altura, não demandou esforço incomum do réu, já que o acesso ao topo do imóvel era bastante facilitado, o que conduz ao afastamento da qualificadora da escalada, que somente se configura quanto necessário o emprego de esforço incomum, nos termos da nossa jurisprudência pacífica. Por outro lado, deve ser reconhecido que o crime foi praticado durante o repouso noturno, apesar de não se tratar de local habitado, nos termos da jurisprudência. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE A DENÚNCIA para afastar a qualificadora da escalada.** Passo à dosimetria da pena. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, fixo a pena-base no mínimo legal. Em seguida, compenso a agravante da reincidência (fls. 168) com a confissão judicial. Reconheço a causa de aumento de pena do repouso noturno para majorar a reprimenda em um terço e reduzo a pena em metade, diante da tentativa, considerando o “iter criminis” percorrido, já que o acusado foi detido ainda no imóvel, mas já havia cortado e separado os cabos. A reincidência específica impossibilita a substituição por pena alternativa. CONDENO, pois, **MARCOS BATISTA DE OLIVEIRA** à pena de **oito**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

(8) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, diante da reincidência e ao pagamento de seis (06) dias-multa, no valor mínimo, por ter transgredido o **artigo 155, § 1º, c.c. artigo 14, inciso II, do Código Penal**. Verificando o **disposto no artigo 387, § 2º, do CPP**, e que o réu já cumpriu mais de um sexto desta condenação, delibero fazer aqui a **progressão para o regime aberto**, mediante as condições que constarão do respectivo termo de advertência. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Destrua-se o alicate apreendido. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ (assinatura digital):

M.P.:

DEFENSOR:

RÉU: